

**N.F. Nº** - 281392.0442/22-0  
**NOTIFICADO** - ARIOMAR JOSÉ FIGUEIREDO DA SILVA  
**NOTIFICANTE** - PAULO CÂNCIO DE SOUZA  
**ORIGEM** - DAT METRO/INFAZ ITD  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 10/07/2023

## **6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0174-06/23NF-VD**

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO OU RECOLHIMENTO A MENOR. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Descrição da infração trata da ocorrência de doação de créditos, sem recolhimento do imposto. Conquanto a situação fática trata da divisão de bens, oriunda da efetivação de divórcio consensual. Fato embasado por documentos constantes nos autos e expressamente acatado pelo Notificante na Informação Fiscal. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 29/08/2022, exige do Notificado ITD no valor de R\$ 14.000,00, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 8.400,00 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 3.329,20, perfazendo um total de R\$ 25.729,20, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 041.001.001: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989. Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos (fls. 21/30), alegando que não recebeu doação ou herança em 2017 ou em qualquer outro ano no valor de R\$ 400.000,00. Aduzindo que em 2017 se divorciou, conforme certidão expedida pelo Tabelionato de Notas e Protestos de Lauro de Freitas, que anexa, procedendo a divisão dos bens do casal e pagando todos os tributos devidos à Fazenda Estadual, consoante Processo SIPRO nº 012231/2017-7.

Conclui asseverando que não existe fato gerador de qualquer imposto, seja estadual, municipal ou federal e requerendo o cancelamento do lançamento.

O Notificante presta Informação Fiscal (fl. 34) inicialmente reproduzindo de forma sintética o conteúdo do lançamento e da impugnação, para em seguida esclarecer que: 1) A certidão de divórcio (fl. 22) se refere ao período de 2017 e 2). Os bens que couberam ao Notificado superam o valor de R\$ 400.000,00. Finaliza a Informação Fiscal opinando pela improcedência total do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

### VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$ 14.000,00, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 8.400,00 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 3.329,20, perfazendo um total de R\$ 25.729,20 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Afirma o Notificante que o Contribuinte declarou doação de R\$ 400.000,00 no IR, ano calendário de 2017 e que foi intimado via Aviso de Recebimento - AR e houve retorno postal (fl. 01). Pertinente registrar que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Compulsando as peças processuais, verifico, em particular, a existência de: 1) Cópia de Certidão emitida em 01/02/2019, pelo Tabelionato de Notas e Protestos de Lauro de Freitas/BA, na qual consta a informação referente ao registro em livro próprio do divórcio do Notificado, efetivado por meio de Escritura Pública, lavrada em **29/05/2017**. Cabendo registrar que, neste documento, existe a menção que foram divididos bens adquiridos pelo casal na constância do casamento, cabendo ao notificado (03) três terrenos e um veículo, os quais totalizaram um montante de R\$ 776.343,00 (fls. 22/27), sendo os tributos devidos recolhidos naquela oportunidade; e 2) Cópia das Informações Econômico-Fiscais extraídas do IR do Notificado, ano calendário 2017, na qual é declarado o recebimento do valor equivalente a R\$ 400.000,00 (fl. 04).

Com base nos documentos supracitados, infere-se que o valor exigido no presente lançamento não se tratou de uma doação ocorrida no ano de 2017, mas oriundo de divisão de bens efetivada quando o Notificado se divorciou de forma consensual. Registro que o art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário.

*“CTN - LEI Nº 5.172/1966*

*(...)*

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a **verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente**, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

*Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.*

*(...)”(grifos nosso)*

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **281392.0442/22-0**, lavrada contra **ARIOMAR JOSÉ FIGUEIREDO DA SILVA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de junho de 2023

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR